

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA,  
DO ESTADO DO TOCANTINS.  
REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2024

“Requer, em regime de urgência, a convocação de Audiência Pública com o objetivo em debater discutir questões relacionadas à regularização ambiental no Estado do Tocantins”.

O Deputado que o presente subscreve, vem, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após anuência do Plenário, requerer à Vossa Excelência, em regime de urgência, solicitar a realização de uma Audiência Pública com o objetivo de discutir questões relacionadas à regularização ambiental no Estado do Tocantins.

### **Justificativa:**

A questão da regularização ambiental no Estado do Tocantins é de extrema relevância para garantir o desenvolvimento sustentável, a conservação dos recursos naturais e a promoção do bem-estar da população. Os desafios enfrentados nesse âmbito demandam uma abordagem ampla e integrada, que englobe diferentes aspectos da legislação e da gestão ambiental.

A realocação de reservas legais é um tema crucial a ser discutido no contexto estadual, considerando as particularidades do território tocantinense e as necessidades de uso da terra. É fundamental buscar estratégias que permitam conciliar a preservação ambiental com as atividades econômicas, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas e o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Os desembargos do IBAMA também constituem um ponto de interesse, pois refletem os desafios e obstáculos enfrentados pelos órgãos ambientais na aplicação da legislação ambiental. Compreender os motivos por trás desses desembargos e analisar possíveis soluções

são passos importantes para fortalecer a atuação do IBAMA e garantir a eficácia das políticas de fiscalização e controle ambiental.

A existência da Câmara de Conciliação no Tribunal de Justiça do Tocantins representa uma oportunidade valiosa para a resolução de conflitos ambientais de forma ágil e eficiente. A eficácia desse mecanismo de conciliação deve ser avaliada e aprimorada, visando garantir uma maior celeridade na resolução de litígios e promover a aplicação efetiva da legislação ambiental.

O Centro de Inteligência de Monitoramento do Ministério Público desempenha um papel crucial na fiscalização e no combate a atividades ilegais que afetam o meio ambiente. Sua atuação na produção de informações e no apoio às ações de fiscalização é fundamental para garantir a proteção dos recursos naturais e a responsabilização dos infratores.

Por fim, a revisão e atualização da legislação ambiental, incluindo o Código Florestal e a Nova Lei de Licenciamento, são temas de grande relevância e impacto para a gestão ambiental do estado. Uma análise cuidadosa e participativa dessas normativas é essencial para identificar lacunas, propor ajustes e garantir a eficácia das políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Diante da importância desses temas e da necessidade de promover um debate amplo e democrático, solicitamos a realização de uma Audiência Pública que possibilite a participação da sociedade civil, especialistas, representantes do poder público e demais interessados. Através desse espaço de diálogo e reflexão, poderemos identificar desafios, propor soluções e fortalecer as políticas e práticas voltadas para a regularização ambiental em nosso estado.

Colocamo-nos à disposição para colaborar com todas as medidas necessárias para a organização e realização deste importante evento.

Sala das Sessões, aos 27 de fevereiro de 2024.

**GUTIERRES TORQUATO**  
**Deputado Estadual**

63 3212-5109



[gabdepgutierres@gmail.com](mailto:gabdepgutierres@gmail.com)